

# COMISSÃO EVENTUAL SOBRE O DESMANTELAMENTO E REALOJAMENTO DO BAIRRO DO 2º TORRÃO

## ATA N.º 04/XII-2º/2021-2025

1. Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, pelas 18H00, na sede da Assembleia Municipal de Almada, sita no Chalet Ribeiro Telles, Largo 5 de Outubro, nº 34, na Cova da Piedade, realizou-se a reunião da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão com a Comissão de Acompanhamento da Assembleia da União de Freguesias da Caparica e Trafaria.
2. Verificou-se a presença dos eleitos seguintes:
  - Os Deputados Municipais:
    - António Salgueiro
    - José Rocha
    - António Maco
    - João Pedro Pereira
    - João Geraldés
    - Ivan Gonçalves
    - Margarida Paulos
3. Por parte da Comissão de Acompanhamento da Assembleia da União de Freguesias da Caparica e Trafaria estiveram presentes os Membros da Assembleia de Freguesia, Sr. Eduardo Gomes, Srª. Carina Ferreira, Sr. Joaquim Leitão e Sr. Tiago Lima.
4. O Presidente da Comissão começou por agradecer a solicitação da reunião e dar as boas vindas à Comissão de Acompanhamento da Assembleia da União de Freguesias da Caparica e Trafaria e passou de imediato a palavra aos membros da comissão.
5. O eleito Sr. Eduardo Gomes inicia a sua intervenção dizendo que o objetivo da reunião era trocar ideias ou opiniões sobre os acontecimentos ocorridos e face aos inúmeros problemas detetados no processo de realojamento de emergência dos moradores do Bairro do 2º Torrão.

Adiantou que os eleitos da União de Freguesias decidiram formar a comissão para acompanhamento do processo. Criticou o executivo da Câmara de Almada pelo facto de não lhes serem facultados os documentos pedidos pela comissão, (apenas lhes foi enviado o relatório dos SMAS de 2019) e considerou que foi um processo precipitado e desorganizado, e que a decisão de manter a comissão em atividade foi porque o processo ainda não está finalizado e concluiu referindo que aguardam resposta do vereador com o pelouro da habitação, de todos o dados pedidos, para incluir no relatório final da comissão.
6. A eleita Srª. Carina Ferreira, mencionou que alguns dos documentos foram enviados apenas cinco meses após a sua solicitação, e que existem muitas questões sem resposta concreta, como por exemplo: Como se acautela o futuro destes moradores, qual o

critério para os que ainda aguardam solução de realojamento e para os que se mantêm em alojamentos provisórios? Referiu a importância da atuação da fiscalização para que não surjam novas construções no local de risco junto à vala e questionou quais os critérios para o realojamento.

7. O eleito Sr. Joaquim Leitão questionou se poderia existir a recuperação de algumas das casas e a questão das mesmas estava estagnada?
8. O eleito Sr. Tiago Lima questionou o porquê de ainda não ter sido recolhido o entulho inerente às demolições.
9. O Sr. Deputado António Pedro Maco, iniciou a sua intervenção declarando que era inédito esta reunião e agradeceu aos membros da Comissão de Acompanhamento, dizendo que está em causa o realojamento de pessoas, refere que o que está explanado no relatório inicial elaborado pela Comissão da União de Freguesias é demolidor para a CMA e expressa a preocupação pelo facto dos documentos solicitados não serem facultados, e questiona o porquê da sonegação de informação? É preciso esclarecer o porquê destes entraves, trata-se de órgãos eleitos, e posiciona-se totalmente contra qualquer tentativa de boicote por parte da entidade responsável, acrescentando que os deputados, os eleitos e os cidadãos têm direito a que lhes seja facultada toda a informação solicitada. Relembrou que na reunião realizada com a Associação Canto do Curió, os relatos não são de todo favoráveis, continuam sem resposta muitas questões sobre a real situação da vala que despoletou todo este processo de realojamento, tece alguns comentários sobre o relatório e a resposta do Sr. Vereador Filipe Pacheco, destaca uma vez mais o facto da CMA já ter conhecimento dos perigos que a vala representava para os moradores, concluindo com a afirmação de que as soluções para esta situação deveriam ter sido avaliadas em devido tempo. Em seguida questionou o porquê da vala ainda não ter uma vedação de segurança e o porquê do entulho ainda não ter sido retirado. Informou que o Sr. Vereador Filipe Pacheco já tinha informado que os 95 fogos em construção se destinam ao realojamento daqueles moradores da vala. Disse ainda que ao contrário do que afirma a CMA tudo começou em 2019 e não em 2022. Manifestou que se tratou de um processo atribulado e atabalhoado e declarou que o CDS quer que este território seja abolido e banido do Concelho de Almada.
10. De seguida interveio o Sr. Deputado Municipal José António Rocha, que iniciou a sua intervenção declarando que a Sr<sup>a</sup>. Vereadora do BE tem alertado para toda esta situação. Referiu-se na sua intervenção ao Relatório de 2019 e declarou que as resposta da CMA é divergente com as opiniões do BE sobre o assunto. Disse que o BE reuniu com as associações e informou que as pessoas foram intimidadas. Informou que a Comissão já reuniu com a CMA e que tudo devia ser feito com transparência. Referiu-se ao Alojamento Local sito em Campo de Ourique e que não reunia as condições mínimas para alojar as pessoas. Adiantou que era necessário que os moradores tivessem garantias de atribuição nos 95 fogos e que o compromisso devia ser por escrito. Informou também que pela primeira vez a CMA disse que os fogos eram para estes moradores. Fez também um breve histórico sobre o processo de realojamento de emergência e as péssimas consequências para os moradores que se viram confrontados com a obrigatoriedade de saírem das suas casas num curto espaço de tempo, sem qualquer alternativa de habitação digna, recorda que este foi um tema largamente debatido, quer em sessões de Câmara, quer em sessões da Assembleia Municipal, com muitas críticas por parte do BE e de todos os partidos da oposição. A CMA diz que os moradores tiveram oportunidade de procurar casa, mas o que não diz é que os requisitos de tipologia exigidos pelo IHRU, dificultaram essa procura, para não dizer que a impossibilitaram. Falou sobre a questão dos apoios temporários prometidos, sem a garantia da sua extensão até ao prometido realojamento nos 95 fogos anunciados e reafirmou que o realojamento em alojamento local sem condições dignas para as famílias, casas atribuídas em condições indignas, enfim, foi um processo que deveria ter

sido feito atempadamente e não foi, foi feito sim de forma precipitada e atabalhoada, que dificultaram ainda mais a vida destas pessoas.

Referiu-se também à situação de perigosidade da vala e disse que o objetivo da Comissão Eventual é o de recolher informação. Mencionou as cinco famílias que ainda faltam realojar e referiu-se às providências cautelares. Informou a Comissão de Acompanhamento que tinha lido o relatório e que as suas conclusões deixam a CMA em maus lençóis. Falou também da resposta do Sr. Vereador Filipe Pacheco ao Almada Online.

11. Em seguida interveio o Sr. Deputado Municipal João Pedro Pereira que salientou a importância da articulação de esforços para encontrar soluções e apela a que sejam facultados pela CMA toda a informação solicitada. Referiu que o PS devia ter aprendido com o processo da TAP. Manifestou que era preciso ter acesso aos relatórios das avaliações. Referiu também o Relatório de 2019 e o de 2020 concluindo que o de 2019 então elaborado pelo SMAS alertava já para os perigos que a vala constituía, não só para as pessoas mas também para o ambiente, o argumentário contraditório e o conhecimento ou a falta dele por parte dos responsáveis da autarquia, sobre o iminente perigo que as condições da vala representavam, coloca em causa toda a forma de operar por parte da câmara em situações semelhantes que eventualmente possam surgir. abordou também a questão de se manter o entulho no local das demolições e lamenta que não tenha sido colocada vedação para salvaguarda da população do Bairro, dizendo que era necessário reparar o túnel, pois era um perigo para a saúde pública. Declarou ainda que a vala aberta sem segurança é uma falta de respeito pelas pessoas.
12. Seguidamente fez uma intervenção o Sr. Deputado Municipal João Galdes que começou por referir o facto de estarem reunidas duas comissões com as mesmas preocupações, declarando que era lamentável a existência das duas comissões. Salientou que o processo não foi bem preparado e disse que a primeira reunião foi à porta fechada e que a Sr<sup>a</sup>. Presidente da CMA a queria manter secreta. Aqui, as questões partidárias não se colocam. O processo descambou e o desalojamento de 160 pessoas em situação de realojamento de emergência começou sem a situação se encontrar regularizada, salientando que o facto de ao fim de oito meses muitas destas pessoas não verem ainda a sua situação resolvida, evidencia ainda mais a gravidade deste processo. Referiu que as dificuldades sentidas pelos elementos que compõem a duas comissões são as mesmas, nomeadamente o facto de apesar de solicitados, os relatórios dos SMAS de 2019 e 2020 não nos terem sido enviados, e tão pouco nos serem facultados os relatórios de monitorização, disse também que não se compreende o porquê de se manter ainda o entulho no local.  
Destacou que finalmente foi dada pelo vereador da habitação a garantia de que estes moradores teriam prioridade de realojamento nos 95 fogos anunciados. Disse ainda que é lamentável que estas pessoas se mantenham sem saber o que lhes irá acontecer no futuro, menciona também a contradição deste executivo, sobre o que diz e o que faz e conclui com o comentário de que isto nada tem a ver com questões partidárias, é sim uma questão de humanidade.
13. Na sua intervenção a Sr<sup>a</sup> Deputada Margarida Paulos, declarou que todas as pessoas neste processo de realojamento, devem ter direito a uma habitação digna. concorda que foi um processo iniciado e conduzido de forma atabalhoada sobre as questões ambientais, para além do facto de estar em cima da vala, reforça o perigo em que aquelas pessoas se encontram. Destacou a importância de que situações como esta não se repitam, sobretudo pelas consequências de desgaste e sofrimento para estas pessoas e adiantou que a questão do entulho se ocorresse em Almada já lá não estava. Falou ainda sobre a vala se encontrar aberta e anunciou que o PAN já pediu esclarecimentos na Assembleia da República (AR) e referiu que devem estar à espera que as outras 5 casas sejam demolidas.

14. O Sr. Presidente da Comissão António Salgueiro diz que não tece considerações sobre os acontecimentos em debate, refere o objetivo de recolha de informações e a consequente avaliação no relatório final da comissão. Indica que apesar do que foi dito pela Sr<sup>a</sup>. Presidente Inês de Medeiros sobre a existência de outros relatórios, menciona que os relatórios existentes na realidade, são os de 2019, 2020 e 2022.
15. O eleito Sr. Eduardo Gomes referiu uma vez mais a dificuldade de se conseguir os relatórios solicitados à câmara, salientou a postura pacífica dos moradores ao longo do processo, opinou que deveria ter sido feito de forma diferente, não encontrando motivo para que assim não fosse. Diz que na sessão da Assembleia de Freguesia, a discussão sobre o ponto da ordem de trabalhos sobre o tema do realojamento do segundo Torrão, foi claramente condicionado pela leitura por parte do executivo da freguesia de um documento, provavelmente a pedido da câmara, que dizia que tudo tinha sido feito de forma correta e que estava tudo a correr bem. Referiu que a leitura deste documento esvaziou de alguma forma a discussão sobre o tema. Acrescentou que a Comissão de Acompanhamento da União das Freguesias foi acusada de passar o conteúdo do relatório à comunicação social, acusação que refuta e que considera uma estratégia para desvalorizar o objetivo concreto do processo, concluindo questionando o porquê da inexistência de um plano de alternativa de habitação.
16. O sr. Deputado António Pedro Maco questionou nesta altura em que ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia de Freguesia é que foi lido o documento da CMA?
17. A eleita Carina Ferreira pediu a palavra para acrescentar que na garantia dada pelo Vereador Filipe Pacheco da prioridade de realojamento nos 95 fogos destes moradores, apenas se concretizaria se cumprissem os requisitos legais exigidos e referiu que a Comissão de Acompanhamento queria reunir o maior número de factos e que alguns dos documentos solicitados nunca chegaram à Comissão.
18. O eleito Sr. Eduardo Gomes esclareceu que iniciaram os trabalhos após a última Assembleia de Freguesia realizada em Abril e falou sobre de quem era a responsabilidade de passar para a comunicação social o relatório da Comissão antes de ir à Assembleia de Freguesia tendo desvalorizado o assunto.
19. O eleito Sr. Tiago Lima declarou não conhecer quem tinha divulgado o Relatório da Comissão de Acompanhamento.
20. A eleita Sr<sup>a</sup>. Carina Ferreira referiu-se também à acusação feita à Comissão sobre a fuga do Relatório.
21. Falou novamente o eleito Sr. Eduardo Gomes que se referiu à manutenção do entulho no local e sobre as pessoas que lá ficam a viver e questionou porque é que há décadas não exista um programa para resolver o problema das pessoas. Destacou ainda a questão das 5 famílias por realojar e sobre a ida para situações precárias no início do realojamento.
22. Interveio novamente a eleita Sr<sup>a</sup>. Carina Ferreira que se referiu ao Relatório da Comissão de Acompanhamento e ao ofício do Sr. Vereador Filipe Pacheco e se referiu à questão dos 95 fogos e que a interpretação da Comissão foi que não estava garantido o realojamento.
23. De seguida interveio novamente o eleito Sr. Tiago Lima para dizer que os problemas de habitação em Almada, não são apenas os do Bairro do 2<sup>o</sup> Torrão, e questionou a falta de fiscalização? E perguntou como era se aparecerem outras prioridades? Referiu-se também à questão do entulho e ao que tinha acontecido à vala que abateu. Naturalmente que havia urgência em resolver o problema mas que era necessário cumprir os procedimentos e salientou que todos temos que ajudar. Disse ainda que não podemos insinuar que a CMA fez desaparecer relatórios.
24. O Sr. Deputado João Galdes tomou novamente a palavra para manifestar a preocupação com a atitude do PS na Caparica e declarou que se havia monitorização tinha que haver relatórios.

25. O Sr. Deputado João Pedro Pereira perguntou se existiam ou não reconstrução de habitações no 2º Torrão?
26. Em resposta o eleito Sr. Tiago Lima declarou que tinham havido melhoramentos em algumas habitações.
27. O Sr. Deputado Municipal Ivan Gonçalves pediu a palavra para dizer que: estamos aqui com o objetivo de recolher informação, opina que nesta reunião, a informação facultada pela Comissão da União de Freguesias Caparica e Trafaria, é convergente com o conteúdo do relatório, acrescenta que a erradicação das barracas são necessárias e que não existe justificação para a carência de habitação porque são problemas com décadas de existência, concluindo a sua intervenção afirmando que alguns partidos ainda não perceberam que este processo de realojamento foi uma situação de emergência, declarada pelos técnicos e que há que encontrar soluções.
28. O eleito Sr. Eduardo Gomes informou que a Comissão de Acompanhamento iria continuar porque ainda há pessoas para realojar e tornou a falar sobre a questão do entulho.
29. A eleita Srª. Carina Ferreira manifestou que existia mais do que um relatório e que ainda existem um conjunto de questões que não estão resolvidas. É o problema do entulho, a falta de fiscalização e o realojamento temporário durante os próximos 36 meses.
30. O Sr. Deputado José Rocha manifestou a sua discordância com o Sr. Deputado Ivan Gonçalves declarando que não tinha ouvido por parte de nenhum partido referir que a situação não era de emergência.
31. O Sr. Presidente da Comissão Eventual, António Salgueiro, declarou a reunião com a Comissão de Acompanhamento encerrada e agradeceu aos membros da Comissão de Acompanhamento da União de Freguesias da Caparica e Trafaria a sua presença e os esclarecimentos prestados.
32. Após a retirada da Comissão da União de Freguesias, a Comissão Eventual da AM continuou reunida para a programação dos trabalhos seguintes.
33. O Sr. Deputado António Pedro Maco solicitou a gravação áudio das reuniões da Comissão, proposta que não reuniu consenso, pede também que seja ouvido na Comissão o antigo vereador com o pelouro dos SMAS Sr. Miguel Salvado.
34. Os deputados que compõem a comissão em representação do BE. CDU, CH e PAN, não se opõem à proposta de audição ao antigo vereador dos SMAS.
35. O Sr. Presidente da comissão, António Salgueiro, manifesta total oposição à proposta de audição do Ex- Vereador Sr. Miguel Salvado, declarando que já se tinha ouvido a Sr. Presidente da CMA e dos SMAS na altura.
36. O Sr. Deputado Municipal José Rocha propôs ouvir-se a Associação Chão das Lutas.
37. O Sr. Deputado Municipal João Geraldês declarou concordar com a audição da Associação Chão das Lutas e que não se opunha à audição do Ex-Vereador Miguel Salvado.
38. O Sr. Presidente da Comissão António Salgueiro declarou concordar com a audição da Associação Chão das Lutas e manifestou novamente a oposição à audição ao Ex-Vereador Miguel Salvado, e que desde o início em que o assunto tinha sido falado que tinha concordado com a posição do Sr. Deputado João Geraldês declarando que este não viria acrescentar nada de novo e que era preciso era ouvis a Srª. Presente a CMA.
39. O Sr. Deputado António Pedro Maco disse que o Sr. Presidente da Comissão, António Salgueiro, nunca tinha declarado a sua oposição à audição do Ex-Vereador Sr. Miguel Salvado e que propunha novamente essa audição.
40. De seguida interveio a Sr. Deputada Margarida Paulos que questionou a existência ou não de mais relatórios dos SMAS e propôs ouvir os SMAS para que surgisse um esclarecimento cabal sobre o assunto e que por isso era importante serem chamados para esclarecer as informações contraditórias.
41. O Sr. Deputado João Geraldês disse que era preciso recolher o máximo de informação e

- que não se opunha à vinda do Ex-Vereador Sr. Miguel Salvado desde que o mesmo quisesse.
42. O Sr. Deputado Ivan Gonçalves manifestou discordância com a proposta de se ouvir o Ex-Vereador, Sr. Miguel Salvado, e acrescentou que não concorda com mais pedidos de reuniões e que qualquer proposta de reunião terá que reunir consenso por unanimidade, e que a não existência de consenso, inviabiliza qualquer proposta apresentada nesse sentido. Qual é o objetivo questionou, reuniões só reuniões.
  43. O Sr. Deputado João Pedro Pereira manifestou que neste caso votava ao lado do PS (muitas reuniões) e referiu-se ao regimento da Assembleia Municipal de Setúbal. Declarou que venha à Comissão o Ex-Vereador Sr. Miguel Salvado ou qualquer outro dos SMAS. Disse que ainda faltava discutir muita coisa e que sobre o convite não tinha nada a opor.
  44. O Sr. Deputado João Geraldês destacou ainda que os SMAS não estiveram na reunião com a CMA, apesar de estar presente o Diretor Delegado, Sr. Jorge Barroso. Manifestou ainda que era importante ouvir os SMAS pelo que não se opunham à reunião com o atual Conselho de Administração.
  45. O Sr. Deputado Ivan Gonçalves reafirmou que não concordava com mais reuniões e declarou que era preciso sermos sérios.
  46. De salientar que não existindo consenso sobre a audição ao Ex-Vereador, Sr. Miguel Salvado, esta reunião não foi aprovada realizar.
  47. Sobre a audição ao Conselho de Administração dos SMAS, os partidos que não se opuseram à proposta, manifestaram discordância sobre esta posição expressa pelo Sr. Deputado Ivan Gonçalves.
  48. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Comissão, António Salgueiro, deu a reunião encerrada pelas 21H10.
  49. Por ser verdade se elaborou a presente ata que vai ser assinada pelos Senhores Deputados Municipais presentes.